

Que recuperação econômica?

Marcio Pochmann, Carlos Pinkusfeld, Antonio Lacerda, Rubens Sawaya, Denise Gentil, Miguel Bruno e Renata Lins debatem se realmente a economia brasileira está em recuperação, os impactos sociais da pandemia e caminhos para sair da crise.



Fórum examina a situação da educação pública no Rio em tempos de pandemia

Jornal dos Economistas passa a ter *podcasts* com os autores de artigos da edição

Que recuperação econômica?

Desemprego estratosférico, insegurança alimentar generalizada, população em situação de rua nas calçadas e nem os mais de meio milhão de cadáveres da Covid: nada abala o otimismo dos “especialistas” na recuperação da economia brasileira.

Marcio Pochmann, da Unicamp, avalia que a pandemia aprofundou o processo de desqualificação social já em curso no Brasil, afetando também estratos da antiga classe média assalariada e proprietária, expostos ao jamais visto processo de desqualificação social.

Carlos Pinkusfeld, do IE/UFRJ, propõe que, ao invés de comemorar o resultado do PIB do 1º tri, que foi influenciado por uma recomposição de estoques (e possivelmente distorções estatísticas) e confirma a expansão do agronegócio, deveríamos olhar para esforços de modernização tecnológica, até em um país desenvolvido como os EUA.

Antonio Lacerda, do Cofecon, defende que as restrições do orçamento, embora inegáveis, não podem servir de argumento para a inação do Estado. Ao contrário do que poderia sugerir o senso comum, restringir gastos sociais compromete o equilíbrio intertemporal das contas públicas.

Rubens Sawaya, da PUC-SP, analisa os resultados das políticas implantadas no país nos últimos anos com base no programa Uma Ponte para o Futuro. A destruição do Estado brasileiro é radical. O país caminha para se tornar um grande fazendeiro primário-exportador, com sua população vivendo na miséria.

Denise Gentil, do IE/UFRJ, e Miguel Bruno, da Ence/IBGE e FCE/Uerj, destacam que o forte crescimento do endividamento durante a pandemia ameaça a sobrevivência das famílias e se transformou num problema social grave. Só o governo pode organizar um acordo coletivo, que garanta carência, redução de juros e estoques e, se necessário, o perdão de dívidas.

Renata Lins, do Cede da UFRJ e UFF, enfatiza que o Brasil está na lanterna dos países em termos de desigualdade e que a prioridade deveria ser mudar essa situação. Mas o que impera é a austeridade na economia. As regras fiscais insensatas matam gente todo dia.

O artigo do Fórum examina a situação da Educação no Rio. A pandemia tornou ainda menos acessível a possibilidade de ensino à parcela da população que conta com o serviço público.

Nessa edição, incluímos, pela primeira vez, *podcasts* com nossos articulistas. Para ouvir, basta clicar no *link* (na edição virtual) ou apontar a câmera do celular para o código QR (na edição impressa).

Sumário

Que recuperação?.....	3
Desqualificação social	
Marcio Pochmann	
Que recuperação?.....	4
Rasteja caranguejo, rasteja	
Carlos Pinkusfeld Bastos	
Que recuperação?.....	6
O PIB cresceu. E daí?	
Antonio Corrêa de Lacerda	
Que recuperação?.....	8
Uma Ponte para o Futuro: a criação de uma nação estruturalmente pobre	
Rubens R. Sawaya	
Que recuperação?.....	10
Endividamento das famílias e expropriação salarial no Brasil: o motor da acumulação financeira acelerado pela pandemia	
Denise Gentil e Miguel Bruno**	
Que recuperação?.....	12
Pobreza, desigualdade e regras fiscais	
Renata Lins	
Fórum Popular do Orçamento	13
A pandemia e a derrota na educação	
Seminário “Desenvolvimento nacional, cultura e trabalho” acontece em 8 de julho.....	16
Balço Patrimonial	16

O Corecon-RJ apoia e divulga o programa Faixa Livre, veiculado de segunda a sexta de 8h às 10h na Rádio Bandeirantes, AM, do Rio, 1360 kHz. Você também pode ouvir os programas pelos sites www.aepet.org.br/radioaovivo.html e www.programafaixaivre.com.br, canal no Youtube, Facebook, Instagram, podcast no Spotify, Deezer, Castbox e SoundCloud e aplicativo gratuito.

Conselho Editorial: Sidney Pascounto da Rocha, Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Gustavo Souto de Noronha, João Hallak Neto, Marcelo Pereira Fernandes, José Antonio Lutterbach Soares, Wellington Leonardo da Silva, Paulo Sergio Souto, João Manoel Gonçalves Barbosa, José Ricardo de Moraes Lopes e Fernando Machado. **Jornalista Responsável:** Marcelo Cajueiro. **Edição:** Diagrama Comunicações Ltda-ME (CNPJ: 74.155.763/0001-48; tel.: 21 2232-3866). **Projeto Gráfico e diagramação:** Rossana Henriques (rossana.henriques@gmail.com). **Ilustração:** Aliedo. **Revisão:** Bruna Gama. **Fotolito e Impressão:** Edigráfica. **Tiragem:** 15.000 exemplares. **Periodicidade:** Mensal. **Correio eletrônico:** imprensa@corecon-rj.org.br

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro – RJ – Centro – Cep 20040-906
Telefax: (21) 2103-0178 – Fax: (21) 2103-0106
Correio eletrônico: corecon-rj@corecon-rj.org.br
Internet: <http://www.corecon-rj.org.br>

Presidente: Flávia Vinhaes Santos. **Vice-presidente:** José Antonio Lutterbach Soares. **Conselheiros Efetivos:** 1º TERÇO: (2020-2022) Arthur Camara Cardozo, Marcelo Pereira Fernandes, Sidney Pascounto da Rocha - 2º TERÇO: (2021-2023): Antônio dos Santos Magalhães, Flávia Vinhaes Santos, Fernando D'Angelo Machado - 3º TERÇO: (2019-2021) Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Thiago Leone Mitidieri, José Antonio Lutterbach Soares. **Conselheiros Suplentes:** 1º TERÇO: (2020-2022) Gustavo Souto de Noronha, João Hallak Neto, Regina Lúcia Gadioli dos Santos - 2º TERÇO: (2021-2023): Cesar Homero Fernandes Lopes, Gilberto Caputo Santos, Miguel Antônio Pinho Bruno - 3º TERÇO: (2019-2021) José Ricardo de Moraes Lopes, Cliciano do Couto Oliveira.

SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 – salas 1607 a 1609 – Rio de Janeiro – RJ – Cep 20031-000. Tel.: (21) 2262-2535 Telefax: (21)2533-7891 e 2533-2192. Correio eletrônico: sindecon@sindecon.org.br

Mandato – 2017/2020

Coordenação de Assuntos Institucionais: Antonio Melki Júnior, Cesar Homero Fernandes Lopes, Sidney Pascounto da Rocha (Coordenador Geral) e Wellington Leonardo da Silva. **Coordenação de Relações Sindicais:** Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Gilberto Caputo Santos, João Manoel Gonçalves Barbosa, José Ricardo de Moraes Lopes. **Coordenação de Divulgação Administração e Finanças:** André Luiz Silva de Souza, Gilberto Alcântara da Cruz, José Antonio Lutterbach Soares e Guilherme Tinoco Oliveira dos Anjos. **Conselho Fiscal:** Jorge de Oliveira Camargo, Luciano Amaral Pereira e Regina Lúcia Gadioli dos Santos.

Desqualificação social

Marcio Pochmann*

A chegada da pandemia da Covid-19 aprofundou o processo de desqualificação social que já se encontrava em curso no Brasil. Com a desindustrialização nacional e o reposicionamento na Divisão Internacional do Trabalho enquanto fazendão do mundo, o inchaço da sociedade de serviços seguia transcorrendo, acompanhado tanto pela precarização dos assalariados como pela “empreecarização” de conta própria, microempreendedores individuais e pejetistas.

Com isso, o processo da desqualificação social decorrente dos incapacitados da sobrevivência à lógica de competição mercantil-capitalista ampliou e se complexificou, exigindo novas e crescentes atribuições vinculadas ao Estado. Até então, o Brasil conhecia as categorias dos dependentes a serem assistidos (doentes, deficientes, crianças, desempregados, idosos e outros) e dos marginalizados sociais expostos à ruptura social.

Pela Constituição Federal de 1988, os governos do ciclo político da Nova República (1985-2016)

buscaram ampliar as tarefas da gestão da massa sobrança da população em relação aos requisitos de contratação laboral impostos pela dinâmica declinante do capitalismo no Brasil. É importante lembrar que nos últimos quarenta anos, o país acumulou duas décadas econômicas perdidas (1980 e 2010), responsáveis pela estagnação da renda *per capita* e pela queda da participação relativa no PIB mundial de 3,2%, em 1980, para 1,7%, em 2020.

Ainda que em ritmo menor, a população continuou a crescer e, sem oferta suficiente e adequada de trabalhos remunerados, avolumou-se o estoque de supranumerários de grande dimensão nacional. Diante disso, o Estado foi acionado em duas frentes: a social e a policial.

De um lado, a significativa ampliação do contingente de assistidos pelo Estado Social, sobretudo através das políticas de transferência de renda. No ano de 2019, por exemplo, o país registrou cerca de 27% de sua população dependendo do recebimento de recursos monetários diretos do orçamento público para sobreviver, o que significou 10 vezes mais que o registrado ao final do ciclo dos governos autoritários.

De outro lado, a expansão do Estado Policial, seja pela política do encarceramento, seja pela política do compartilhamento do monopólio da violência. No ano de 2020, por exemplo, a quantidade de presos se aproximou de 800 mil brasileiros, o que representou a terceira maior população carcerária do mundo (ante 90 mil presos em 1990).

Ao mesmo tempo, a prática da guerra civil insta-

lada pela política do compartilhamento do monopólio da violência pelo Estado com o banditismo social (crime organizado, milícias e medidas de armamento popular). O resultado tem sido a escalada dos homicídios, que, multiplicada por cinco vezes nas últimas quatro décadas, colocou o Brasil entre os países mais violentos do mundo.

Assim o Estado, tanto Social como Policial, tratou de gerir o crescimento da massa populacional sobrança, composta de pobres e miseráveis pertencentes à base da pirâmide social. Para isso, a elevação da carga tributária, que subiu mais de 40% em relação ao PIB, se mostrou fundamental.

Destaca-se, contudo, que o aumento na arrecadação fiscal se fez concentrado, sobretudo, entre os segmentos de menor renda, uma vez que os ricos conseguiram se safar, como sempre. Na Era dos Fernandes (Collor, 1990-1992 e Cardoso, 1995-2002), por exemplo, a alíquota máxima do imposto de renda caiu 40%, enquanto lucros e dividendos se tornaram isentos.

Acontece que após seis anos de decréscimo econômico (2015-2020), o processo de desqualificação social avançou consideravelmente, incorporando segmentos intermediários da estrutura social. Com o desemprego aberto e oculto atingindo quase 40% da força de trabalho em 2020, a ruína da classe média assalariada e proprietária assumiu cada vez mais a sua face de evidência.

Assim, a fragilização dos estratos sociais intermediários da estrutura social os levou para o processo de importante desqualificação social. Tanto assim que em 2020, as medidas de transferência de renda do orçamento federal atin-



giram público equivalente a 40% da população brasileira, isto é, 13 pontos percentuais acima do verificado no ano de 2019.

Ademais das tradicionais categorias dos assistidos e dos marginalizados expostos à ruptura social, a gestão da massa sobrança pelo governo central passou a abarcar também os estratos fragilizados contidos no interior da antiga classe média assalariada e proprietária. No ano passado, por exemplo, políticas de ajudas monetárias de vários tipos (créditos, isenções fiscais, auxílios de renda) provenientes do orçamento público chegaram como ambulâncias de resgate aos combalidos segmentos intermediários da sociedade expostos ao jamais visto processo de desqualificação social.

* É professor e pesquisador do Cesit/Unicamp e da Ufabc.



CLIQUE E OUÇA



Rasteja caranguejo, rasteja



Carlos Pinkusfeld Bastos*

A chamada globalização é acusada de muitos males, entre eles o fim da paixão do povo brasileiro por sua seleção de futebol, recheada de jogadores desconhecidos, até para os torcedores mais fanáticos. O “Canarinho” parece estar perdendo o *status* de um dos símbolos nacionais; talvez seja hora, então, da economia dar sua contribuição para a adoção de um novo mascote verde e amarelo: o caranguejo. Afinal, nada melhor caracteriza o comportamento da economia brasileira nos últimos anos que o movimento deste artrópode.

A recuperação da séria crise de 2015 e 2016 é a pior da nossa história. Dependendo de um cenário “otimista” ou pessimista, só voltaremos ao PIB *per capita* de 2014 depois de 13 ou 18 anos, respectivamente. A taxa de desemprego nesse período não conseguiu descer abaixo de 10%.

Essa visão parece estar em conflito com certa euforia que o bom resultado do primeiro trimestre causou em alguns comentadores. Nunca é demais lembrar que, pelo efeito arrasto, mesmo que a economia brasileira não crescesse nada em 2021, ou o crescimento de cada trimestre contra o anterior fosse zero, o PIB anualizado, ainda assim, cresceria.

O quadro ao lado, que apresenta os índices de volume dessazonalizados do PIB trimestral do IBGE, auxilia a expor essa questão.

Como se percebe, a economia teve uma forte contração no segundo trimestre de 2020 (período relativo ao *lockdown* inicial da pandemia) e depois se recuperou nos dois

trimestres seguintes. Como o PIB é medido pela média de crescimento do ano, mesmo que a partir do primeiro trimestre não houvesse crescimento algum, com seu valor permanecendo estagnado em 169,5, dado que a média de 2020 foi de 163,5, o crescimento do PIB anual seria de 3,7%. Agora que o PIB do primeiro trimestre cresceu 1,2% frente ao último trimestre do ano passado, se nenhum crescimento ocorresse nos próximos trimestres, o PIB de 2021 registraria um crescimento de quase 5%!¹

Entretanto, esses números, que podem inclusive ser alvo de forte disputa no campo político, demandam uma compreensão mais aprofundada.

Uma nota inicial de cautela é indispensável. A análise que se segue não faz nenhuma consideração sobre a questão da pandemia, apenas anota que seus desdobramentos, fora o custo e sofrimento humano, ainda podem alterar as análises aqui desenvolvidas.

Em relação aos dados do PIB do primeiro trimestre, seu bom resultado deve ter causado talvez estranheza à maioria da população. Afinal, as despesas de consumo, elemento que diretamente reflete seu bem-estar material, se reduziram levemente frente ao trimestre anterior. Fato este que acompanha indicadores diretamente rela-

cionados ao consumo. As vendas no comércio no primeiro trimestre caíram cerca de 20% frente ao trimestre anterior. Aliás, esse dado é compatível com o resultado da massa salarial, que também caiu, ainda que em proporção menor neste trimestre frente ao trimestre anterior, sendo a massa salarial de março ainda inferior ao ponto mais baixo registrado em 2020, o que ocorreu no mês de agosto.

Dado que, pelo lado da demanda, o gasto público também recuou no primeiro trimestre, coube ao investimento e exportações explicar o crescimento do período.

O caso de explicação mais simples são as exportações. Registraram um crescimento de 3,7% no trimestre e, dadas as expectativas de retomada mais vigorosa da economia mundial, cuja mais recente estimativa do FMI se situava na casa de 6%, devem permanecer como uma força positiva ao crescimento da economia durante todo ano.

Em relação ao impacto do setor externo, há um debate interessante sobre a eventualidade de estar-se vivendo um ciclo de *commodities*, ou expansão continuada dos preços das mesmas. De fato, se olharmos apenas para os índices de quantidade (quantum), as exportações brasileiras na média do primeiro trimestre tiveram uma queda no agregado e em todas as grandes categorias (produtos básicos, semimanufaturados e manufaturados), sendo seu aumento explicado pela elevação de preços. Também é correto observar que, após uma expressiva queda no início da pandemia, o preço das *commodities* registrou uma

PIB/ Índice do Produto

2020.I	167,8
2020.II	152,4
2020.III	164,2
2020.IV	169,5
2021.I	171,6

forte recuperação que levou o índice do FMI (tanto para *commodities* em geral como o que exclui combustíveis) a superar os níveis pré-pandemia, na realidade, se aproximando de um patamar mais elevado anterior à queda ocorrida em 2014. Vale notar que o crescimento, nos primeiros dois meses do segundo trimestre de 2021, da exportação de produtos animais e vegetais contra a média no mesmo período do ano passado e contra a média do primeiro trimestre é de impressionantes 46,6 e 80%, respectivamente. Se essa tendência irá se manter nos próximos meses, é uma questão em aberto. Certamente seria muito relevante para as exportações do agro brasileiro, mas não está eliminada a hipótese de que este aumento reflita quebras de safras ou recomposição de estoques. Se assim for o caso, seu efeito na receita total pode ser menor que aquele resultante de uma hipótese de crescimento expressivo e continuado de demanda, cuja justificativa, a aceleração do crescimento, especialmente na China, não parece hoje tão clara.

O componente da demanda que causou surpresa, sendo maior que o crescimento das exportações, foi a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), 4,6% superior ao trimestre anterior, que por sua vez já tinha apresentado uma evolução muito forte. Como resultado deste crescimento, o nível da FBCF real do primeiro semestre de 2021 é 17,2% maior que o valor do mesmo trimestre em 2020, cujo impacto da pandemia foi apenas de cerca de 15 dias, em março. Numa economia que praticamente apenas se recuperou do tombo do *lockdown*, esse resultado é, no mínimo, intrigante.

Como a FBCF é composta de diferentes componentes, a desa-

gregação dessa rubrica é central para sua melhor compreensão.

Um de seus componentes, a variação de estoques, apresentou um valor bastante elevado, incommum para o padrão histórico do período, possivelmente devido a um comportamento particular relacionando oferta e demanda no período da pandemia. Esse efeito é tão expressivo que Braga (2021) chega a afirmar "... [s]em a recomposição de estoques além da usual para o período, de forma que o PIB acompanhasse a evolução da demanda agregada, o PIB teria [...] uma redução de 0,3%, não um aumento de 1,2%". Ou seja, a variação atípica de estoques teve um papel muito importante nesse desempenho, até certo ponto inesperado, da FBCF.

Ainda assim, é interessante tentar observar, ainda que pelo lado da oferta, seus outros dois componentes, construção civil e investimento em máquinas e equipamentos.

A construção civil teve um crescimento razoável contra o trimestre anterior, mas ainda retomando o valor do primeiro trimestre de 2020, que por sua vez registrou uma queda quando comparado ao fim de 2019.

Já a produção de bens de capital apresenta um comportamento interessante: uma dissociação completa entre expansão de bens de capital de uso agrícola e industrial. Os bens de capital para fins industriais se recuperam, como o conjunto da economia, após o mergulho de abril de 2020 e chegam a um pico em outubro. Porém, a partir daí, passam a oscilar em torno de um patamar próximo aos valores do segundo semestre de 2019; ou seja, uma virtual estagnação da produção deste tipo de bens de capital. Panorama inteiramente di-

verso ocorre em relação às máquinas agrícolas. Estas crescem de forma consistente, dependendo da categoria acima de 30% quando comparado com os dados do primeiro trimestre de 2020.

E este dado, que é a contrapartida pelo lado da oferta do investimento, reflete em linhas gerais o próprio comportamento geral da economia, com o setor agropecuário crescendo cerca de 5,75% enquanto indústria e serviços apresentam taxas de respectivamente 0,75 e 0,5%. E é exatamente esse ponto que nos permite levantar os olhos do curtíssimo prazo para o caminho que estruturalmente a economia vem tomando desde a crise de 2015.

Enquanto o agro, especificamente graças a um eventual ciclo de *commodities*, pode ter um desempenho muito bom neste ano, as atividades ligadas à demanda doméstica parecem apresentar uma tendência bem menos dinâmica. Desemprego alto e salário estagnado, contendo o consumo induzido; mercado de trabalho, além de desaquecido, mais precarizado, comprometendo a possibilidade de um novo ciclo de crédito; falta de dinamismo produtivo que possa melhorar a criação de ocupações com mais alta produtividade e *upgrade* das exportações industriais; finalmente, o teto dos gastos públicos, que, se respeitado, e frente à expansão emergencial do ano passado, pode impactar de forma bastante negativa a demanda agregada.

Ao invés de comemorações temporâneas de um resultado que é fortemente influenciado por uma recomposição de estoques (e possivelmente distorções estatísticas) e só repete mais do mesmo, com a expansão do *agrobusiness*, deveríamos estar olhando para

exemplos internacionais de esforços de modernização e *catch up* tecnológico que estão sendo buscados mesmo em um país desenvolvido como os EUA. Ao invés de avançar na venda de ativos, deveríamos estar pensando na transição energética, uma tarefa complexa que depende fortemente da orientação e planejamento do governo. Mas talvez fosse pedir muito numa conjuntura em que nem sabemos se a recuperação econômica será ou não comprometida por uma política ineficaz de combate à pandemia. Nesse clima de estagnação mental, até maior que a econômica, talvez o mais sábio seja entronizar, provisoriamente, o caranguejo como símbolo nacional e esperar por um tempo em que haja interesse pelo debate de ideias e uma nova conjugação de forças sociopolíticas que seja capaz de reinserir o país numa trajetória sustentável de desenvolvimento socioeconômico.

* É mestre pelo IE/UFRJ, PhD pela New School for Social Research e professor do IE/UFRJ.

1 Os cálculos aqui realizados se utilizaram dos dados dessazonalizados fornecidos pelo IBGE. Economistas do IBRE/FGV chamam atenção para o fato de a pandemia ter tornado o ano de 2020 um caso atípico, comprometendo os fatores de correção sazonal não só para 2020 como também para o primeiro trimestre de 2021. Corrigindo para esta distorção, o *carry over* para 2021 seria menor e o crescimento do primeiro trimestre deste ano apresentado pelo IBGE superestimado. Para análise dessas observações e cálculos com hipóteses alternativas, ver Considera, Trece e Olinto (2021) e Braga (2021).



CLIQUE E OUÇA

O PIB cresceu. E daí?



Antonio Corrêa de Lacerda*

A crise sanitária, social, econômica e política brasileira se agrava. A despeito da “melhora” dos prognósticos apontando para o crescimento da economia brasileira, o quadro é dramático. Apesar de os resultados da atividade no primeiro trimestre terem apontado um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 1,2%, comparativamente ao trimestre imediatamente anterior, ainda estamos longe do caminho do desenvolvimento. Além do mais, há restrições para a dimensão, robustez e sustentabilidade do processo, como apontaremos a seguir.

Estatisticamente, no entanto, como houve expressiva retração de 4,1% no PIB do ano passado, a retomada gradual das atividades em curso gera um efeito “arrasto”, que praticamente garantirá um resultado positivo para 2021. Seria tergiversar sobre o problema apontar para uma possível melhora automática, como defende o discurso oficial e dos seus aliados. Pelo contrário, sob este ponto de vista, 2020 é mais um “ano que não terminou!” Muitos dos efeitos do ano passado permanecem, apesar da mudança do calendário gregoriano.

O primeiro fator-chave, determinante para uma efetiva recuperação econômica, é a pandemia de Covid-19. Não apenas as novas variantes do vírus, o que, por si só, já representa uma questão fundamental; há o efeito do atraso e descaminhos do planejamento, execução e realização do programa de vacinação da população, inexistência de medidas preventivas como testagem em grande escala, correta

comunicação e orientação quanto aos protocolos sanitários. A insuficiência dos programas compensatórios, como o auxílio emergencial, é outra questão relevante.

Mas, para além disso, há aspectos econômicos que limitam o processo de retomada. Às debilidades estruturais brasileiras, como a extrema desigualdade, baixa renda e insuficiência de moradia e saneamento básico para parcela expressiva da população, se somam outros aspectos conjunturais. O enfraquecimento do mercado de trabalho é evidenciado pelo número de pessoas subutilizadas, que atingiu o recorde de 33,2 milhões de pessoas. O dado contempla a soma dos desocupados (14,8 milhões), desalentados, (6 milhões) e subocupados (12,4 milhões), de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referente ao trimestre acumulado até fevereiro último.

Destaque-se que mesmo aqueles que permanecem ocupados têm tido o seu poder de compra corroído pela elevação da carestia, com maior impacto nos estratos de menor rendimento. A inflação tem sido maior em itens básicos, de grande peso na cesta de consumo, como alimentação, combustíveis, gás de cozinha, energia e outras tarifas. A melhora do desempenho de crescimento de grandes países tem impulsionado a demanda e, conseqüentemente, os preços das *commodities*. Isso tem duplo e contraditório impacto no Brasil, favorecido por ser importante exportador de minério de ferro, soja e outros grãos, carnes e petróleo

bruto, mas afetado negativamente nos preços domésticos, também diante de inexistência de políticas para amenizar a “importação” dessa inflação.

Especialmente nas grandes cidades, mas não apenas nelas, a degradação é evidente. Há um claro aumento da população em situação de rua, assim como o fechamento de lojas, prestadores de serviços, bares e restaurantes e muitas outras atividades que não estão conseguindo fazer frente ao desafio da longa retração provocada pelas restrições da pandemia e pela crise econômica.

Adicionalmente, o crédito, importante item para o financiamento dos consumidores e das empresas, especialmente as de menor porte, continua caro e restritivo, apesar do nível historicamente baixo, para padrões brasileiros, da taxa básica de juros (Selic).

Todos os fatores apontados apresentam limitações para a expansão do consumo, que é decisivo para a retomada econômica e para estimular os investimentos. O elevado nível de ociosidade, presente em vários setores, como segmentos da indústria e serviços, desestimula novas inversões. A crise hídrica e seus impactos para o desempenho do setor agrícola e para a geração energética é outra variável fundamental para monitorar o comportamento futuro da economia.

O atendimento da população vulnerável é fundamental no enfrentamento dos efeitos da pandemia. No ano que passou, o pagamento do Auxílio Emergencial foi determinante para amenizar a situação. É crucial retomá-lo, pelo menos nos mesmos termos, ape-

sar das dificuldades de ordem orçamentária. O agravamento da crise tornou-o absolutamente imprescindível para apoiar as pessoas que estão impedidas de exercer sua atividade e é preciso oferecer-lhes outras formas de sustento

Para além da medida de amparo social, tendo em vista o aprofundamento e extensão da crise, outras medidas se tornam cruciais para o seu enfrentamento. Note que muitos países têm adotado programas de fomento às atividades e à infraestrutura como forma de estimular a retomada da demanda efetiva, portanto, da renda, do emprego e da arrecadação tributária.

Trata-se, por exemplo, do caso dos EUA. Depois de ter aprovado

um pacote social da ordem de US\$ 1,9 trilhão, foi anunciado, mais recentemente, pelo presidente Biden, o “Plano de Emprego Americano”. O programa prevê investimentos em infraestrutura de US\$ 2,25 trilhões, contemplando a economia verde, em áreas como residencial, transportes e mobilidade urbana em geral, dentre outras.

A Europa também anunciou plano de incentivo à economia no valor de 750 bilhões de euros, acompanhado de uma proposta de orçamento de longo prazo para o período 2021-2027, que abrange a oferta de crédito a custos competitivos para empresas e pessoas físicas. A China tem longa tradição de adoção de medidas anticíclicas

diante da perspectiva de diminuição da demanda efetiva.

Essa ação de coordenação de políticas e medidas adotada por vários países denota o esforço concentrado de tanto combater a crise decorrente da pandemia, como também empreender uma clara estratégia de desenvolvimento. Eles estão corretamente conduzindo um diagnóstico de debilidades e lacunas nos vários campos sociais e de infraestrutura para fomentar e induzir o crescimento em bases sustentáveis, envolvendo, dentre outras questões, a energia renovável. Subsidiária e complementarmente, também se denota o foco na ampliação da competitividade sistêmica, a melhora do ambiente de negócios.

Outro traço comum das ações em curso é a combinação da coordenação e atuação do Estado com o setor privado. Seria um equívoco atribuir essa responsabilidade somente a um deles. Ambos exercem papel relevante para superar a crise. Mas a iniciativa deve ser necessariamente do Estado, uma vez que os investimentos públicos são determinantes no processo.

O primeiro efeito é multiplicador. Na medida em que são realizados desembolsos estatais em infraestrutura ou ações sociais, são geradas outras atividades decorrentes. O segundo efeito é de demonstração. A ação do Estado induz o setor privado a também fazê-lo, pois, além de iniciar o ciclo virtuoso, dá clara sinalização de crescimento futuro da demanda, o que estimula os projetos – um efeito positivo retroalimentado.

Uma questão sempre presente é quanto às limitações fiscais, agravadas com a crise. Mas, vale lembrar, o impulsionamento das atividades tem um efeito positivo sobre a arrecadação de impostos, o que, no mé-

dio prazo, tende a compensar a ampliação dos desembolsos realizados. De imediato, a maioria dos países tem ampliado seu déficit e o endividamento público. No âmbito do G-20, por exemplo, o indicador da relação dívida/PIB retomou o nível máximo atingido em 1946, logo após à Segunda Grande Guerra. Há ainda medidas de reforma tributária visando dotar os Estados nacionais de mais recursos.

No caso brasileiro, além das medidas já citadas, urge criar alternativas para romper amarras orçamentárias, algumas autoimpostas, como a Lei do Teto de Gastos (EC95). Além disso, há que se rever os incentivos e subsídios fiscais que não geram retorno social. As restrições do orçamento, embora inegáveis, não podem, no entanto, servir de argumento para a inação do Estado. Além da situação política e socialmente insustentável, haveria o impacto econômico decorrente, levando, inexoravelmente, a um agravamento ainda maior da crise, com efeitos diretos sobre a queda da atividade e, consequentemente, da arrecadação tributária. É o caso típico do “tiro que sai pela culatra”. Ao contrário do que poderia sugerir o senso comum, restringir gastos sociais compromete o equilíbrio intertemporal das contas públicas!

* É presidente do Conselho Federal de Economia (Cofecon) e professor-doutor do Programa de Estudos Pós-graduados em Economia Política e diretor da FEA-PUC-SP. Publicou, entre outros, *O mito da austeridade* (Editora Contracorrente). E-mail: cofecon@cofecon.org.br



CLIQUE E OUÇA



Uma Ponte para o Futuro: a criação de uma nação estruturalmente pobre



Rubens R. Sawaya*

Michel Temer teria dito, em uma de suas declarações, que Dilma caiu porque não aceitou realizar o programa Uma Ponte para o Futuro, publicado em outubro de 2015, de autoria de Roberto Brant em colaboração com Marcos Lisboa (Folha de São Paulo, 22/03/2016). Lisboa declarou: “é um documento que enfrenta os problemas. Normalmente, fala-se muito em manter direitos e, magicamente, resolver os problemas. Nunca se sabe bem quem vai pagar a conta. No documento, é a primeira vez que se enfrentam os problemas e se diz ‘todos termos de arcar com sacrifícios’” (Revista Época, 25/04/2016). Samuel Pessoa, embora afirme não ter participado diretamente da redação, afirmou que a Ponte para o Futuro produz um pacote de medidas que “administra o nosso conflito distributivo de forma civilizada”, e completa: “a Ponte para o Futuro é um encaminhamento tecnicamente correto para esse problema” (Jornal Valor, 20/05/2016). Outro importante apoiador foi Armínio Fraga, ao apontar que “o programa ‘Uma ponte para o futuro’ é um bom roteiro, precisa agora ser executado” (O Estado de São Paulo, 03/05/2016). Apesar desse grupo de mentores do projeto, Joaquim Levy declarou seu total apoio, aprovou a lei do teto de gastos (12/2015) e realizou radical corte de gastos, um ajuste fiscal que provocou uma queda de 3,5% no PIB naquele ano.

O programa Uma Ponte para o Futuro defendia a “obtenção de um superávit primário capaz de cobrir as despesas de juros” (p.13), portanto cortar todas as despesas sociais, administrativas e outras operacionais para gerar superávit a fim de garantir o pagamento de juros ao rentismo. Prometia “uma grande virada institucional e a garantia da sustentabilidade fiscal, que afetarão positivamente as expectativas dos agentes econômicos” (p.16). Imaginava que, com isso, promoveria o crescimento econômico “sustentável”, criando um “ambiente de negócios favorável” para “viabilizar a participação mais efetiva e predominante do setor privado” (p.17). Qualquer semelhança com o discurso do atual ministro da Economia não é mera coincidência. Ele está implantando exatamente o mesmo projeto, em continuidade ao governo Temer e a Joaquim Levy.

O projeto desmonta as estruturas de Estado que permitem o desenvolvimento capitalista (vale enfatizar o termo) no Brasil e a realização de políticas sociais em garantia mínima de distribuição de riqueza aos menos favorecidos, mais da metade da população brasileira, que hoje vive em insegurança alimentar no país que se orgulha de ser o maior exportador de alimentos para o mundo.

É fácil demonstrar os números do fracasso da proposta. E não é culpa da pandemia. A taxa de desemprego no final de 2019 já estava próxima dos 13% (hoje é superior a 14%). A dívida pública bruta

como proporção do PIB, que era cerca de 50% em 2014, com a política de ajuste fiscal, chegou a quase 90% no fim de 2019 e hoje está em torno de 100% (pelo método antigo). O PIB acumula uma queda de 6,7% em 2020 contra 2014, comparação que já era negativa em 2019, antes da pandemia. Em termos de conjuntura macroeconômica, Uma Ponte para o Futuro foi um desastre, e continua sendo com Guedes, que lhe dá prosseguimento com apoio dos “mercados”.

Se os resultados demonstram a destruição da estrutura produtiva brasileira e o caos social, as reformas estruturais que acompanham o projeto vêm se tornando leis para proibir mudanças futuras. As leis visam a impedir que o Estado faça políticas sociais distributivas e políticas econômicas para o crescimento. Isso sem mencionar a proposta explícita no Programa de facilitar e diminuir os controles burocráticos que atrapalham o licenciamento ambiental (p.19), levadas a cabo no atual governo.

A política de teto de gastos de 12/2015 visa a impedir legalmente o Estado, nos próximos 20 anos, de fazer política fiscal e investimentos em infraestrutura em setores básicos da economia, mesmo nos setores que não interessam ao capital privado. A independência para o Banco Central – que também constava no Programa – completa o pacote ao impedir o Estado de realizar políticas monetárias de incentivo ao crescimento. Ao Banco Central só é permitido administrar a taxa de juros – gasto não

restringido pela política do teto – em favor do capital rentista, sob a justificativa de combate à inflação, sempre suposta de demanda mesmo que esta seja de custos, sob o pretexto de garantir a confiança.

O ajuste fiscal, na tentativa de garantir o teto, justifica a privatização do resto de estatais que sobrou da onda de privatizações da década de 1990. A venda fatiada da Petrobras inviabiliza que a economia se beneficie do efeito dinâmico do setor, dos investimentos envolvidos, na engenharia pesada, na produção de derivados, em toda a cadeia de valor produtiva que poderia ser desenvolvida em torno da empresa. Além disso, agora paga-se o combustível em dólar, dado que não é mais nacional,

elevando os cursos internos para todos os setores e a inflação. A venda da Eletrobrás completa o pacote de desmonte. Entrega à lógica privada um setor estratégico para o crescimento. Também se pagará a energia elétrica em dólares, mesmo que seja produzida pela água nacional, combustível hídrico que será privatizado.

O impacto da lei do teto sobre as políticas sociais é mais grave. Já estava na proposta da Ponte Para o Futuro de “acabar com as vinculações institucionais com saúde e educação” (p.9) e de desvincular o salário mínimo da inflação (p.10), política levada às últimas consequências no governo atual.

A reforma previdenciária gera, no médio e longo prazo, o em-

pobrecimento das faixas mais vulneráveis da população. Realizada em conjunto com a reforma trabalhista de “uberização” das relações de trabalho, formaliza o trabalho precário. Além disso, eleva o déficit da Previdência ao acabar com a própria fonte de recursos para as aposentadorias, que eram pagas pelos próprios trabalhadores em regime de repartição.

Está ainda em curso a reforma administrativa. Permitirá a dissolução da estrutura da burocracia de Estado que garante base técnica e científica para suas ações – em parte freia a loucura dos governantes de momento. Subordina assim a substituição de cargos técnicos a indicações políticas. Permitirá um total aparelhamento do Estado pela indicação política a cargos-chave. Marcará a desestruturação final do Estado.

Para o total desmonte da capacidade de ação do Estado, resta ainda a reforma tributária. Proposta sob o argumento de “simplificar a vida das empresas”, não vai ao âmago do problema, que é uma carga fiscal extremamente regressiva, que recai sobre os mais pobres, que pagam mais impostos indiretos. Além disso, impedirá o Estado de fazer política fiscal tributária a fim de incentivar setores específicos da economia em qualquer estratégia de crescimento.

A destruição do Estado brasileiro é radical, afetando sua capacidade de atuar como Estado capitalista em favor da acumulação de capital, do desenvolvimento das forças produtivas, da melhoria mínima das condições de vida das pessoas, minimizando a desigualdade natural criada pelo sistema. Sua base está na crença de que, sem o Estado, criar-se-ia um “ambiente favorável aos negócios”,

como estava na Ponte para o Futuro, e o Brasil teria uma “chuva” de investimentos estrangeiros que “colocaria o país na rota de crescimento”, como propagandeia o atual ministro.

Mais grave, os defensores do Programa apontam que a taxa de “crescimento sustentável” (não inflacionário nos cânones ortodoxos) seria de 2,5% a 3%, percentuais que tornam impossível a diminuição da taxa de desemprego, não levando em conta que, no capitalismo, o emprego é a forma de inserção social e distribuição de renda. Talvez não seja mesmo esse o objetivo, como revelado em 2015 pela afirmação dos mentores da Ponte para o Futuro, ao afirmarem que a taxa de desemprego, em torno de 6%, estaria muito baixa em 2014.

O país caminha para se tornar “pária do mundo”, um grande fazendeiro primário-exportador com sua população vivendo na mais absoluta miséria, estruturalmente pobre. Anos após a Ponte, já é possível afirmar que as reformas atuam como o “tratamento precoce”, sob o argumento de que, resolvendo-se a questão fiscal, o crescimento viria da forma automática. Esse remédio, sem comprovação histórica, cheio de efeitos colaterais às instituições (destrói o Estado), resultou em 14,7 milhões de desempregados, 33 milhões de desalentados e 60% da população com insegurança alimentar.

* É economista e professor e coordenador da Pós-graduação em Economia Política da PUC-SP.



Endividamento das famílias e expropriação salarial no Brasil: o motor da acumulação financeira acelerado pela pandemia

Denise Gentil*
Miguel Bruno**

O endividamento das famílias brasileiras bateu recorde em fevereiro de 2021, em plena pandemia da Covid-19, alcançando o patamar de 57,68% da renda acumulada nos últimos doze meses, segundo o Banco Central.

A evolução histórica desse indicador merece atenta investigação. Em janeiro de 2005, o estoque de dívidas das famílias representava 19,32% da renda anual acumulada. O endividamento cresceu a taxas elevadas até setembro de 2015, quando atingiu 48,68%, em grande parte em decorrência do aumento real dos salários e das transferências de renda às famílias, que permitiram o acesso ao crédito para consumo de massa e ao crédito habitacional. Esse período também corresponde ao que a economista Lena Lavinas denominou de financeirização da política social, porque a renda de benefícios sociais foi utilizada como colateral para a tomada de empréstimos, gerando um aumento do consumo da população de baixa renda comandado por dívida. Com a retração e degradação da oferta pública de serviços provocada pelo regime fiscal de metas de superávit primário, tais empréstimos também eram usados para

complementar a renda na aquisição de planos de saúde, planos de previdência complementar, ensino em escolas privadas e habitação. Em outros termos, o crédito apoiava a remercantilização da reprodução social ao permitir o acesso ao consumo de serviços essenciais que antes eram ofertados gratuitamente pelo Estado e que se tornaram inalcançáveis com a renda de salários. O Estado foi reestruturado para operar de forma consistente com a lógica de acumulação financeira, expropriando direitos sociais pela privatização e compelindo as famílias ao endividamento.

O período de 2016-2017 é de abrandamento do endividamento das famílias. A forte desaceleração da economia nesta fase fez com que os bancos se tornassem mais seletivos no crédito às famílias, enquanto, do lado da demanda, as pessoas temiam o desemprego e o alto comprometimento da renda com dívidas. Esse cenário se reverte a partir de janeiro de 2018, quando o endividamento volta a subir, impulsionado pela queda dos juros básicos do Banco Central e a maior oferta de crédito pelos bancos.

O grande salto do endividamento, entretanto, ocorrerá durante a pandemia do coronavírus iniciada em 2020. Segundo a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do

Consumidor (Peic) da Confederação Nacional do Comércio (CNC), em janeiro de 2019, 60% das famílias estavam endividadas na fase pré-pandemia. Esse patamar cresceu durante a pandemia, alcançando 66,7% em fevereiro de 2021. Desse percentual de famílias endividadas, 24,5%, em média, estão com dívidas em atraso; porém, para as que têm renda inferior a dez salários mínimos, 40,4% estão inadimplentes e, destas, 45,2% afirmam não ter mais condições de pagar suas dívidas. Finalmente, em média, 30,7% da renda das famílias está comprometida com o pagamento de juros e outros encargos financeiros (Banco Central, fev/2021), em trajetória de subida desde 2018.

O que explica o elevado endividamento das famílias brasileiras na pandemia?

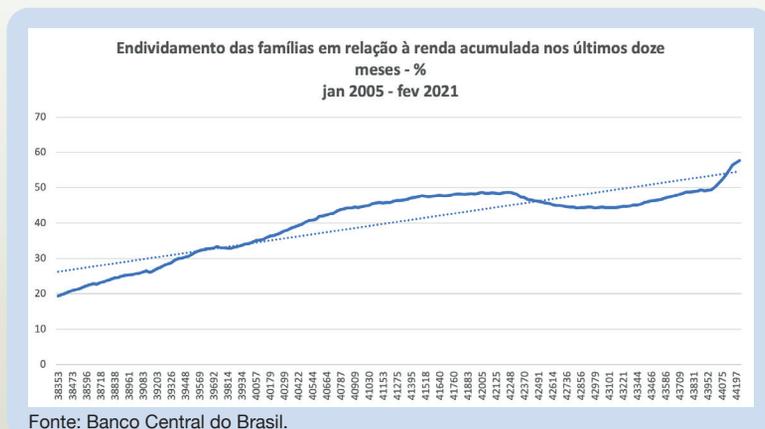
As raízes remontam a 2016, quando foi posta em marcha uma política macroeconômica neoliberal radical que se tornou a expressão definitiva do uso das instituições do Estado brasileiro para o atendimento dos interesses das finanças: teto dos gastos (2016), flexibilização precarizante do mercado de trabalho (2017), ampla reforma redutora de direitos previdenciários (2019), privatizações em áreas estratégicas (como no setor de petróleo e gás), neutralização dos bancos públicos e Banco Central formalmente independente (2021). Estes mecanismos se sobrepuseram aos já existentes que compõem a estrutura institucional implantada pelo avanço da financeirização do país em décadas anteriores, como abertura comercial, liberalização financeira, regime de metas de inflação, metas de superávit primário, câmbio flutuante, lei de responsabilidade fiscal e regra de ouro do orçamen-

to público. Esses numerosos instrumentos não foram revogados ou suspensos durante a pandemia do coronavírus, à revelia da deterioração acelerada dos índices de desemprego, desigualdade, violência, pobreza e fome.

Os instrumentos neoliberais foram forjados para sitiar o Estado, pois só se ganha a credibilidade do mercado financeiro quando as regras são imutáveis e o governo, imobilizado, perde a capacidade de promover mudanças de rota no futuro. Pode-se afirmar que o país está diante da manifestação bem-acabada e definitiva dos instintos mais implacáveis de enriquecimento pela via do rentismo das últimas quatro décadas.

A estrutura institucional e a política macroeconômica impostas pela lógica financeira asfixiam a atividade econômica, dizem os empregos e destroem as políticas sociais estratégicas de caráter universal. A raiz do endividamento está na desconstrução do estado de bem-estar social sob o interesse das finanças, fazendo com que o crédito substitua as políticas sociais. Em sistemas de proteção social restritivos, as pessoas dependem de poupanças pessoais, cortes de despesas vitais à sobrevivência, apoio familiar e crédito a juros escorchantes. As famílias de classe média tendem a despoupar para manter minimamente seu padrão de vida, enquanto as famílias de baixa renda, sem disporem de poupanças prévias, se lançam em linhas de crédito, com conseqüente expansão de seu endividamento, para manter condições mínimas de vida e para adquirirem bens inacessíveis através de seus patamares remuneratórios.

O Estado, que impele as famílias ao endividamento cotidiano aviltante, é cúmplice no processo de financeirização, gerindo a população para que alguns prosperem e outros



sejam deixados para trás. No entanto, essa cumplicidade não paira no ar como atributo derivado das subjetividades de burocratas que administram a máquina estatal. Ela tem origem no elevado grau de captura das instituições pelos interesses bancário-financeiros e das elites rentistas, cuja influência vai além das indicações para os cargos-chave do Banco Central e do Ministério da Economia. Ela atinge o Legislativo brasileiro. Com seus ministérios atuando sob procuração desses setores, o próprio conceito de Estado Democrático de Direito é desvirtuado e os direitos sociais violados em prol da acumulação financeira. Por isso o cientista político Wolfgang Streeck argumentou que a financeirização necessariamente leva a um déficit democrático. Aprisionando as famílias assalariadas em processos de endividamento recorrentes e impagáveis, a dimensão econômica da democracia é esvaziada, enquanto a dimensão político-representativa ou eleitoral é preservada para que a sociedade aceite, sem protestos, as reformas neoliberais implementadas e as ainda por implementar como legítimas, necessárias e benéficas a todos.

O auxílio emergencial de R\$600 em 2020 evitou o colapso imediato da economia e assegurou a sobrevivência de 64 milhões de pessoas, mas a paralisia desse benefício nos três primeiros meses de 2021 e a sua retomada a partir de abril, com um valor muito mais baixo (quatro parcelas com valor médio de R\$250), estrangulou as condições de vida das famílias. A situação de adoecimento e morte na pandemia produz elevadas despesas com atendimento hospitalar e medicamentos, em função da superlotação do sistema público de saúde, levando os domicílios a impasses financeiros desesperadores. Muitas famílias perderam o principal ou o único responsável pelo sustento da família. Sem proteção social, o recurso ao crédito da pior qualidade (curto prazo e juros elevados) mostra-se a única alternativa disponível para as classes de renda média e baixa.

Taxas pré-fixadas (% ao ano) Bancos selecionados 25/05/2021 a 31/05/2021						
Tipo de Crédito	CARTÃO DE CRÉDITO ROTATIVO TOTAL	CARTÃO DE CRÉDITO PARCELADO	CHEQUE ESPECIAL	CRÉDITO CONSIGNADO INSS	CRÉDITO CONSIGNADO PRIVADO	CRÉDITO CONSIGNADO PÚBLICO
BANCO DO BRASIL	226,32	132,14	147,73	21,28	20,63	16,6
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	211,19	99,54	87,2	19,54	19,36	14,51
BRADESCO S.A.	236,91	109,67	153,25	19,29	29,41	15,71
ITAU	309,25	153,86	157,84	22,77	31,86	15,49
SANTANDER	296,24	138,34	158,11	19,30	28,76	15,67

Fonte: Banco Central.

Do lado da oferta, os bancos atuaram expandindo o crédito com taxas de juros menores do que as praticadas antes da pandemia, a despeito da crise, quando naturalmente aumenta a percepção de risco. O Banco Central do Brasil, além da queda da taxa Selic para o seu mais baixo patamar nominal (de 2% entre ago/2020 e fev/2021), adotou um número considerável de medidas visando a expandir a carteira de crédito dos bancos e ajustar o nível de capitalização do Sistema Financeiro Nacional para enfrentar a crise. Neste rol estão o provimento de liquidez (p.ex., redução do compulsório), a redução de requerimentos de liquidez e de capital e a flexibilização regulatória.

De fato, as operações de crédito mostraram expressivo dinamismo durante a pandemia. Ao se olhar a trajetória do saldo da carteira de crédito, nota-se que estava no baixo patamar de 25,68% do PIB em 2000. Chegou ao pico de 53,4% do PIB em janeiro de 2016 e em seguida, passa para uma trajetória declinante de 2016 a 2019. Volta a subir, entretanto, no início da pandemia e do aprofundamento da crise econômica, atingindo o maior nível da série, 53,65% do PIB, em abril de 2021.

Na pandemia, as linhas destinadas às pessoas físicas avançam, embora a aceleração das operações destinadas às empresas seja maior, com destaque para o crescimento de 31,6% da carteira de crédito a micro, pequenas e médias empresas em 2020, enquanto para as grandes o aumento foi de 16%.

O sistema financeiro, portan-

to, respondeu aos fortes indícios do crescimento da precariedade da população em 2020 e 2021 com aumento da oferta de crédito. As modalidades de crédito tomadas pelas famílias brasileiras na pandemia foram as de pior qualidade, isto é, aquelas com juros elevados e de curto prazo – crédito rotativo, cheque especial, cartão de crédito parcelado e crédito consignado (embora este tenha taxas menores).

O crédito rotativo é, de longe, o mais usado pelas famílias, pois 80% delas estão endividadas no cartão de crédito (CNC/Peic) e o rotativo representa 75% do crédito concedido para pessoa física (Banco Central, abril/2021). As taxas de juros do cartão de crédito rotativo são as mais elevadas do mercado, chegando a 335% a.a. em média. O cheque especial, muito utilizado na pandemia, tem juros de 124,5% a.a. em média. A tabela a seguir ilustra os níveis aviltantes de expropriação da renda das famílias pelos maiores bancos do país.

O crédito consignado também se eleva na pandemia, tanto o destinado aos pensionistas do INSS quanto aos funcionários públicos ativos. A taxa de juros média do consignado é 19,38% a.a. e, embora elevada, ainda é inferior àquela do cartão de crédito parcelado (123,57% a.a., em média).

Toda essa situação de expropriação da renda das famílias pelo capital portador de juros ou capital usurário torna urgente não apenas um auxílio emergencial – que é precário e de baixa cobertura –, mas sim serviços universais que deem pers-

pectivas sociais reais de sobrevivência às famílias para enfrentarem os efeitos da pandemia. Esse amparo precisa vir de um conjunto de políticas combinadas, que abranjam saúde pública, educação, cuidados com idosos e crianças, transporte em condições seguras, alimentação, habitação digna e, não menos importante, um programa de criação de postos de trabalho em que o Estado funcione como o empregador de última instância.

O endividamento ameaça a sobrevivência da família comprometendo o mínimo vital e se transformou num problema social dos mais graves, que exige a intervenção do Estado através de negociações coletivas. Só o Governo tem a capacidade de organizar um amplo acordo de forma a garantir um mínimo existencial para as famílias, prazos de carência, taxas de juros menores, redução do estoque da dívida, parcelamentos amplos e, se necessário, o perdão total da dívida. Este é o caso de estudantes e de outros segmentos vulneráveis, porque se transformaram em dívidas impagáveis na pandemia e na depressão econômica.

* É professora do Instituto de Economia da UFRJ.

** É professor da Ence/IBGE, FCE/Uerj e Mackenzie-Rio.



CLIQUE E OUÇA

Pobreza, desigualdade e regras fiscais

Renata Lins*

O Brasil está na lanterna dos países em termos de desigualdade. Seu índice de Gini é mais alto que o de Botsuana, bem mais alto que o da Índia e só perde para o do Catar¹. Sendo assim, seria de se supor que a prioridade de qualquer governo fosse mudar este estado de coisas, através de uma atuação intensa visando à construção efetiva de um Estado de Bem-Estar Social.

Ora, a tradição keynesiana apresenta argumentos sólidos em defesa da atuação do governo como responsável direto pela realização de gastos: muitos dos seus autores definem que o objetivo da política fiscal ativa do Estado na economia deve ser a busca do pleno emprego. A dimensão do gasto público seria, então, a necessária para que se atinja o pleno emprego, e a questão central seria definir quais os gastos “geradores de emprego” e promotores do crescimento². Da mesma forma, um dos pontos relevantes da estrutura tributária seria sua capacidade de reduzir a desigualdade.

Na contramão deste programa, boa parte do que hoje é definido como “boas práticas” macroeconômicas consiste na restauração do *status quo* de um tempo anterior a Keynes. Volta com força a ideia de austeridade na economia, abandonada no pós-guerra em favor de uma atuação positiva do Estado para impulsionar o investimento e a geração de empregos. E é justamente esta restauração que está por trás da guinada a favor da austeridade, ocorrida aqui a partir da

implementação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

A partir da LRF, a busca do equilíbrio fiscal passou a ser encarada como condição *sine qua non* para qualquer atuação do Estado e assim se manteve desde então. A Lei de Crimes Fiscais³ veio enrijecer este estado das coisas.

Ao privilegiar o equilíbrio fiscal e reduzir o espaço de atuação do governo, as políticas de austeridade aumentam também o poder de barganha do setor privado com relação aos gestores públicos. À fragilidade do Estado por conta dos limites legais corresponde um aumento de força do setor privado.

Na destituição da presidenta Dilma Rousseff, o argumento de gastos indevidos foi usado à exaustão para justificar seu *impeachment*. Desde então, assiste-se no Brasil a uma destruição sem precedentes de direitos dos trabalhadores. A justificativa é que esses direitos impediriam o crescimento e o emprego, que, com a austeridade fiscal, precisam ser puxados pelo setor privado. Assim, desempregam-se e reduzem-se salários com o argumento de que isso ajudará a aumentar o emprego e a pagar melhor os empregados. Pretende-se, além disso, dismantelar a segurança social. É a antilógica em ação.

Como se não bastasse, criam-se novas restrições legais aos gastos do governo, como a EC nº 95/16, do Teto de Gastos, que congela (e, com relação ao PIB, reduz) os gastos do governo por vinte anos e, ainda mais recentemente, a EC nº 109/21, que institui o “teto do teto”. Estas reformulações sucessivas da legislação têm como

único propósito reduzir cada vez mais a capacidade do governo de fazer política econômica ativa: o Brasil encontra-se impossibilitado de olhar para frente, por conta da construção de um arcabouço legislativo cada vez mais draconiano no que tange ao gasto público.

O resultado é que não existe, há décadas, planejamento digno deste nome no Brasil, e isso se deve em boa parte à própria impossibilidade de se fazer planejamento de longo prazo: o foco permanece no curto prazo e nas metas fiscais⁴. A própria capacidade de o Estado fazer política anticíclica está seriamente prejudicada pelas restrições fiscais que estrangulam o crescimento econômico, na medida em que passam a fazer parte do arcabouço legal em que os executores da política econômica precisam atuar.

A crise da pandemia trouxe uma oportunidade de se questionarem estes dogmas: em 2020 foram gastos em torno de R\$ 300 bilhões em auxílio emergencial, atendendo a 30% da população e impedindo que a crise se intensificasse ainda mais; no entanto, já em 2021, é como se a pandemia não existisse mais, nem a necessidade de fortalecer uma economia combatida. O gasto em auxílio parou e, quando foi retomado, foi em bases pífiyas. O resultado imediato foi o aumento da fome e da miséria: a pobreza triplicou de agosto de 2020 para fevereiro de 2021 (de 9,5 milhões para 27 milhões).

É fundamental acabar com esta situação, recuperando a capacidade do Estado de fazer política fis-



cal ativa, em prol do bem-estar das pessoas. As regras fiscais insensatas matam gente todo dia.

* É doutoranda do PPED (Programa de Políticas Públicas e Desenvolvimento) do IE/UFRJ e membro do Gesp (Grupo de Economia do Setor Público) do IE/UFRJ e do Cede (Centro de Estudos sobre Desigualdade e Desenvolvimento) da UFRJ e UFE.

1 Dados: Pnud 2019.

2 No nosso caso atual, vários autores reforçam a importância de fortalecer o complexo da saúde – empregador no setor de cuidados e gerador de pesquisa de ponta – para o atendimento à população. A edição de Cadernos do Desenvolvimento v. 16, n. 28 (do Centro Celso Furtado) trata disso.

3 Lei 10028, de 2000.

4 É bem verdade que, nos anos mais recentes, a meta passou a ser de déficit e não de superávit. No entanto, isso é visto como um problema a ser resolvido o mais rápido possível, à base de mais e mais austeridade.



CLIQUE E OUÇA

A pandemia e a derrota na educação

Todos sabem que a educação brasileira enfrenta muitos desafios, principalmente ligados à garantia do ensino de qualidade, à acessibilidade e à estrutura do sistema educacional de forma geral. É fato que a pandemia de Covid-19 acentuou essa questão, sobretudo para os mais desfavorecidos social e economicamente.

A educação é um direito social, sendo a esfera estadual responsável por garantir, prioritariamente, o Ensino Fundamental II e Médio. Já a esfera municipal, o Ensino Infantil e Fundamental I. De acordo com a Constituição, os entes subnacionais devem aplicar, no mínimo, 25% da receita oriunda de impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE).

Tendo isso em vista, o objetivo deste artigo é examinar, de 2015 a 2022, a situação da Educação no Estado do Rio de Janeiro (ERJ) e de forma breve no Município do Rio de Janeiro (MRJ). Assim, será possível mensurar o impacto das ações governamentais frente à pandemia, destacando também o desenvolvimento da infraestrutura para recepção dos alunos.

Foram utilizados dados dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária (RREOs), Transparência Fiscal, Relatórios de Contas de Governo, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e Secretaria de Estado de Educação (Seeduc). Os valores encontram-se deflacionados pelo IPCA de abril de 2021.

Dados orçamentários estaduais

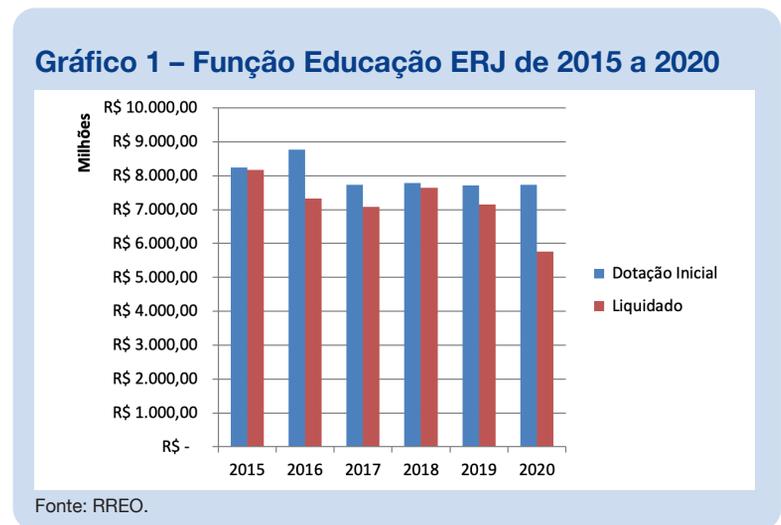
Como pode ser visto no gráfico 1, os gastos com a função Educação demonstraram uma di-

minuição do valor liquidado ao longo dos anos analisados, exceto em 2018, ano em que os gastos com “Operacionalização e Desenvolvimento da Rede” aumentaram 23% em relação a 2017. E justamente no momento em que mais necessitava de recursos, o governo gastou menos: 2020 foi o ano com menor valor liquidado em Educação.

De 2015 a 2020, a maior parte dos recursos liquidados foi destinada à “Gestão Administrativa”, visto que o grande gasto está em “Pessoal e Encargos Sociais”. Mesmo com o fechamento das escolas, em 2020 a redução nessa área não foi tão significativa, 4% em relação ao ano anterior. Por outro lado, programas que envolvem desenvolvimento e investimento foram os mais afetados.

Em 2020, o programa “Infraestrutura das Unidades Educacionais”, que tem como propósito gerir as unidades de ensino básico, técnico e superior, adequando-as às necessidades de manutenção, modernização e ampliação da rede, teve diminuição em relação aos outros anos, embora tenha sido o segundo que mais recebeu recursos, 8% do total (R\$ 460 milhões). Percebe-se que a ação “Ampliação da Rede e Melhoria da Infraestrutura”, que merece atenção especial dadas as previsões para o aumento de matrículas, o valor liquidado foi de R\$ 260 milhões em 2019 para R\$ 125 milhões em 2020. A previsão para 2021 é de R\$ 169 milhões, menor do que a de 2020 (R\$ 242 milhões), e a discrepância entre a dotação inicial e o liquidado revela as falhas no planejamento governamental.

Ainda que os gastos para a pri-



moramento e efetividade do ensino público tenham ido de R\$ 18 milhões em 2019 para R\$ 48 milhões em 2020, percebe-se que o poder público poderia ter se esforçado mais para tentar minimizar os efeitos da pandemia: apenas R\$ 662 mil foram empregados para a implementação do ensino à distância na Educação Básica. Além disso, os recursos para apoio aos serviços educacionais diminuíram 33% comparado a 2019.

As ações de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) visam a alcançar os objetivos básicos da educação nos níveis infantil, fundamental e médio. Em 2015, 2016 e 2019, o ERJ cumpriu o mínimo constitucional. O ano de 2020 apresentou o menor percentual, de 22,72%. O descumprimento dos limites constitucionais tende a figurar como um risco à qualidade do ensino, realizando um efeito desfavorável ao desenvolvimento que poderia ser promovido pelo dispêndio adequado. Ademais, impede que o ente da Federação receba transferências voluntárias até que a situação seja regularizada.

Já em 2021, a previsão é de que R\$ 7,84 bilhões sejam destinados à Função Educação; até o segundo bimestre, R\$ 1,61 bilhões foram liquidados, o que não revela uma proporcionalidade condizente. Para 2022, de acordo com o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO), a promessa é de que 6 unidades escolares sejam implantadas, 40 reformadas e 308 reequipadas. Perspectiva essa que poderia ser maior, visto que em 2020, mesmo com o orçamento reduzido, 14 unidades escolares foram implantadas, 8 reformadas e 901 reequipadas.

Dados orçamentários municipais

O caso do MRJ não é muito diferente do Estado. Os melhores desempenhos nos anos de 2015 e 2016 trouxeram avanços na ampliação da infraestrutura do sistema educacional, resultando na inauguração ou reforma de mais de 80 instituições de ensino¹.

O valor liquidado em 2020 (R\$ 4,96 bilhões) foi o menor desde 2011 (R\$ 4,54 bilhões); levando em consideração o cenário de

Gráfico 2 - Função Educação MRJ de 2015 a 2020



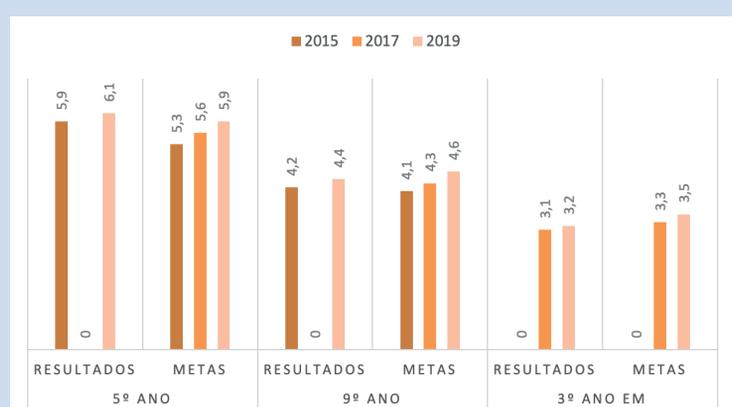
Fonte: RREO.

Gráfico 3- Resultado Ideb do ERJ das escolas públicas estaduais de todas as séries de 2015 a 2019



Fonte: Inep.

Gráfico 4- Resultado Ideb do MRJ das escolas públicas estaduais de todas as séries de 2015 a 2019



Fonte: Inep (Os resultados do 5º ano e do 9º ano em 2017 não foram considerados, pois o número de participantes no Sistema de Avaliação da Educação Básica foi insuficiente para que os resultados fossem divulgados. Já o terceiro ano do Ensino Médio até 2015 não possui dados no Portal.)

pandemia, em que são necessários mais suporte e adaptações, tal fato torna-se preocupante. Ademais, as expectativas para 2021 não são as melhores: a previsão é que sejam destinados à Educação menos R\$ 312 milhões do que em 2020.

Quanto ao cumprimento do mínimo constitucional com MDE, em todos os anos foi respeitado. Entretanto, isso não significa que os valores reais aumentaram, apenas acompanharam a variação da receita de impostos. Por exemplo, em 2016 foram destinados R\$ 4,83 bilhões, representando 28,95%. Já em 2017, R\$ 4,75 bilhões foram destinados, representando 29,82%.

Desenvolvimento educacional fluminense e carioca

Para analisar qualitativamente a educação pública fluminense e a carioca, tomamos como base o Índice de Desenvolvimento de Educação Básica (Ideb). Este é utilizado como um monitor da qualidade do aprendizado nacional e é calculado a partir da taxa de rendimento escolar (aprovação) e das médias de desempenho nos exames aplicados pelo Inep. Além disso, as notas podem variar de 0 a 10 pontos.

Como é possível observar no gráfico abaixo, destrinchando as escolas públicas estaduais, o quinto ano de 2015 foi a única das séries analisadas a atingir a meta estabelecida. Em média, os resultados atingiram 88% do esperado para seus respectivos anos e séries.

Ainda considerando as escolas estaduais, no entanto, somente aquelas localizadas na capital, os resultados foram mais promissores. O Rio de Janeiro ocupou, dentre as unidades da federação, a décima sexta, a vigésima e a décima oitava posição para os anos de 2015, 2017 e 2019, respectivamente. Isso demonstra que o Estado não vem acompanhando com políticas públicas a evolu-

monstra o fortalecimento do eixo de Educação Fundamental I, que consiste nos cinco primeiros anos do nível fundamental da Educação Básica.² Além disso, o nono ano de 2015 também superou a meta estabelecida. Já os terceiros anos com resultados disponíveis alcançaram 93,94% e 91,43% de suas metas nos anos de 2017 e 2019, respectivamente.

Em análise das escolas públicas municipais da capital, é possível observar que a queda de rendimento se mantém entre o quinto e o nono anos; no entanto, os resultados se mostram mais estáveis em comparação com as análises anteriores. Na capital, os resultados para o nono ano são melhores na rede municipal do que na rede estadual, mesmo os anos finais sendo prioridade do governo estadual.

Apesar dos resultados serem crescentes em sua maior parte, o que indicaria melhora na educação fluminense, em comparação com as outras unidades da federação, a melhor posição ocupada pelo estado foi a de sexta maior nota no ano de 2015 pelo terceiro ano do Ensino Médio. No entanto, o índice alcançou apenas 3,6.

A diminuição da dotação liquidada teve impacto claro na qualidade educacional. O Estado, em 2019, ocupou no mesmo eixo de educação a vigésima posição, tendo um resultado abaixo da média nacional para as escolas estaduais. A queda de posições se deu até mesmo para os anos iniciais, que pelas análises mostraram os resultados mais promissores. O Rio de Janeiro ocupou, dentre as unidades da federação, a décima sexta, a vigésima e a décima oitava posição para os anos de 2015, 2017 e 2019, respectivamente. Isso demonstra que o Estado não vem acompanhando com políticas públicas a evolu-

ção da educação nacional e, mesmo com o potencial demonstrado pelos anos iniciais, o desmonte do serviço público é sobressalente.

Como apontado nas análises orçamentárias, a capital também aderiu à lógica de diminuição dos gastos de educação e, por conseguinte, sofreu alteração no índice de qualidade. De acordo com dados do TCM-RJ, as escolas públicas municipais, em comparação aos demais municípios fluminenses, caíram da décima sétima posição em 2015 para a vigésima oitava em 2019 para os primeiros anos do Ensino Fundamental. Para os anos finais saíram da trigésima para a vigésima oitava; no entanto, ampliou-se a diferença entre o resultado e a meta.

Panorama para enfrentar a pandemia

O ano de 2020 pode ser visto como um período de derrota para a história da educação pública fluminense, visto que, de acordo com dados da Secretaria Estadual de Educação, menos de 40% dos alunos conseguiram acompanhar as atividades remotas.

Em audiência conjunta à Secretaria de Saúde do Estado no dia 25 de março de 2021, o até então secretário de Educação, Comte Bitencourt, apresentou o panorama estadual para seguir com as manobras frente à pandemia. O planejamento estratégico é baseado em cinco pilares de ação: busca ativa, avaliação diagnóstica, parque tecnológico e conectividade, infraestrutura e formação continuada dos profissionais.

Os principais pontos explorados para mudar o panorama do

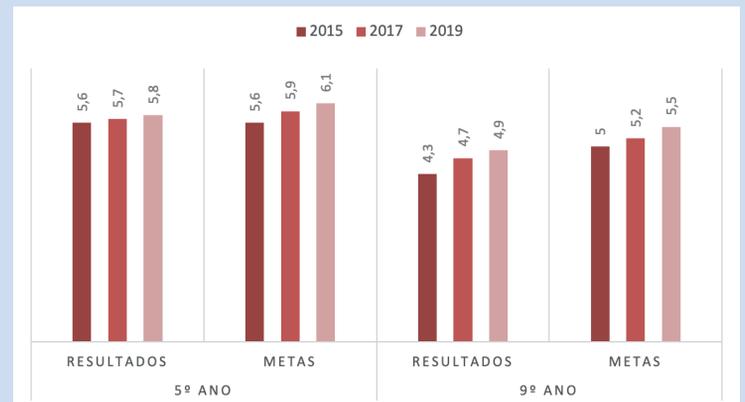
ano anterior foram os dois primeiros pilares. De acordo com o ex-secretário, a expectativa da Seeduc era de que, devido à crise do coronavírus, haveria migração da rede privada para a estadual. Por isso, foram abertas 332.410 vagas na rede estadual em 2021, aumento de 31,7% na oferta de vagas comparado com o ano anterior.

A fim de melhorar a distribuição do material impresso para os anos de 2021 e 2022, disponibilizado para o acompanhamento das disciplinas *on-line*, a entrega via correios foi substituída por métodos alternativos, como o uso de motoboys e parcerias com associações de moradores.

Além disso, após o diagnóstico de evasão, cada grupo de professores da rede de Responsáveis pelo Acompanhamento da Frequência Escolar (RAFs de extensão) ficou encarregado de realizar visitas e contatar esses alunos que deixaram a escola. Nos casos em que foi identificada situação de violência infantojuvenil, que impedia que o aluno voltasse à escola, a conduta foi o encaminhamento direto à Defensoria Pública. Segundo Comte, em uma primeira movimentação, 20 casos foram encaminhados.

Para o funcionamento do modelo híbrido, todos os professores que se declararam dentro do grupo de comorbidades, ou que moram com alguém nesse grupo, foram dispensados do trabalho presencial, atuando somente de forma remota. Ademais, os profissionais da educação são grupo prioritário na campanha de vacinação da capital. Isso inclui todos aqueles que prestam serviços,

Gráfico 5 – Resultado Ideb do MRJ das escolas públicas municipais e todas as séries de 2015 a 2019



Fonte: Inep.

dos merendeiros aos professores.

Considerações Finais

O custo de oportunidade da contratação de recursos, em ambas as esferas, foi a queda brusca de posições no *ranking* do Ideb, representando o descompasso do Rio de Janeiro e de sua capital com o compromisso de uma educação de qualidade.

Dessa forma, a pandemia tornou ainda menos acessível a possibilidade de ensino à parcela da população que conta com o serviço público. Visto que os mecanismos de inserção ao ensino superior, principal forma de mobilidade socioeconômica, não foram cancelados, os prejuízos tendem a se estender a longo prazo de forma ainda mais acentuada.

Realocar os recursos da educação para o investimento na infraestrutura desse modelo emergencial de ensino deveria ter sido prioridade, ao invés de apenas sustar a verba destinada à área. A pandemia escancarou as mazelas sociais presentes no país e deixou

claro que as escolas, principalmente as públicas, são em muitos casos locais de segurança, tanto alimentar quanto física. O orçamento público tem o compromisso, portanto, de garantir os meios e recursos para o aprendizado, seja pelo acesso à rede de internet, ao atendimento psicoemocional e, inclusive, à alimentação.

O compromisso que o quadro do ano anterior seja revertido e que a maior parte dos alunos consiga de fato ter acesso às plataformas de ensino, bem como às condições necessárias para o desenvolvimento, não deveria ser visto como um delírio, mas como a garantia de um direito constitucionalmente estabelecido.

1 Jornal dos Economistas

Nº 374 (2020, p. 14).

2 Regularmente entre os 6 aos 11 anos.



CLIQUE E OUÇA

FÓRUM POPULAR DO ORÇAMENTO – RJ (21 2103-0121). Para mais informações acesse www.corecon-rj.org.br/fpo-rj e www.facebook.com/FPO.Corecon.Rj
 Coordenação: Ana Krishna Peixoto, Bruno Lins, Camila Bockhorny, Luiz Mario Behnken e Thiago Marques. Assistentes: Carina Oliveira e Leticia Lessa. Colaboração: Laura Muniz e Marília Santana

Seminário “Desenvolvimento nacional, cultura e trabalho” acontece em 8 de julho

O Corecon-RJ e o Instituto Brasileiro de Estudos Políticos (Ibep) realizam em 8 de julho o seminário virtual “Desenvolvimento nacional, cultura e trabalho”, que contará com a exposição de Marcio Pochmann, articulista desta edição, e o comentário de Flávia Vinhaes, presidente do nosso Conselho.

O evento integra o ciclo de seminários “O Brasil de nosso tempo – desenvolvimento, cultura e projeto nacional”, organizado pelo Corecon-RJ e Ibep, que trata de grandes temas contemporâneos nacionais e reúne expoentes do pensamento social brasileiro. Os encontros quinzenais são virtuais, sempre às

14h30, e podem ser assistidos gratuitamente em: <https://www.youtube.com/c/IbepBrasil/live>.

Os dois primeiros seminários do ciclo aconteceram em maio e houve dois encontros em junho. O segundo evento do mês de julho será no dia 22 e terá como tema “A ciência como agente de transformação social: o caso do campus do cérebro de Macaíba, RN”, com apresentação de Miguel Nicoletis e comentário de Roberto Amaral.

Os seminários têm como objetivo a expansão da consciência pública em defesa do desenvolvimento soberano e democrático do Brasil nos campos econômico, político, social e cultural.



O ciclo encerra-se com uma atividade em homenagem a Ulysses Guimarães, na semana de comemorações do aniversário da Constituição de 1988. O tema dos encontros de 5 a 8 de outubro será “Vida po-

lítica e democracia para o desenvolvimento nacional”.

A programação completa do ciclo de seminários está disponível no link: www.ibepbrasil.org/ciclo-de-seminarios-o-brasil-de-nosso-tempo/

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO (EM R\$)			PASSIVO (EM R\$)		
REFERÊNCIAS	JAN A MAR/20	JAN A MAR/21	REFERÊNCIAS	JAN A MAR/20	JAN A MAR/21
ATIVO FINANCEIRO	9.329.210,58	9.700.055,37	PASSIVO FINANCEIRO	319.407,64	334.388,06
DISPONÍVEL	7.203.668,37	3.640.195,86	PESSOAL A PAGAR	1.049,37	-
RESPONSÁVEL POR SUPRIMENTOS	1.200,00	1.200,00	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	42.394,11	43.994,62
CRÉDITO DE CURTO PRAZO	2.082.459,63	4.003.411,48	OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO	13.153,03	12.431,08
RESULTADO PENDENTE	41.882,58	2.055.248,03	OUTRAS OBRIGAÇÕES	1.824,03	6.172,13
ATIVO PERMANENTE	25.555.654,14	35.265.601,54	ENTIDADES PÚBLICAS CREDORAS	-	-
BENS PATRIMONIAIS	1.803.504,18	1.791.062,46	RESULTADO PENDENTE	260.987,10	271.790,23
VALORES	1.117,64	1.117,64			
CRÉDITOS	23.751.032,32	33.473.421,44	PATRIMÔNIO(ATIVO REAL LÍQUIDO)	34.565.457,08	44.631.268,85
TOTAL GERAL	34.884.864,72	44.965.656,91	TOTAL GERAL	34.884.864,72	44.965.656,91

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS

REFERÊNCIAS	PERÍODOS EM REAIS		REFERÊNCIAS	VARIAÇÕES	
	JAN A MAR/20	JAN A MAR/21		(EM R\$)	(EM %)
RECEITAS			RECEITAS		
ANUIDADES	3.018.421,02	2.770.626,57	ANUIDADES	(247.794,45)	-8,2
PATRIMONIAL	70.502,64	35.460,06	PATRIMONIAL	(35.042,58)	-49,7
SERVIÇOS	22.233,08	21.305,54	SERVIÇOS	(927,54)	-4,2
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	-	-			
FINANCEIRAS	31.038,25	55.297,02	MULTAS E JUROS DE MORA	24.258,77	78,2
DÍVIDA ATIVA	207.048,87	239.903,38	DÍVIDA ATIVA	32.854,51	15,9
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	48.708,41	5.360,30	DIVERSAS	(43.348,11)	-89,0
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	RECEITAS DE CAPITAL	-	-
TOTAL GERAL	3.397.952,27	3.127.952,87	TOTAL GERAL	(269.999,40)	-7,9
DESPESAS			DESPESAS		
DE CUSTEIO	1.219.057,12	1.308.602,18	DE CUSTEIO	89.545,06	7,3
PESSOAL	654.418,20	655.258,80	PESSOAL	840,60	0,1
MATERIAL DE CONSUMO	27.261,35	21.519,30	MATERIAL DE CONSUMO	(5.742,05)	-21,1
SERVIÇOS DE TERCEIROS E ENCARGOS	537.377,57	631.824,08	SERVIÇOS DE TERCEIROS E ENCARGOS	94.446,51	17,6
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	661.353,44	621.259,20	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	(40.094,24)	-6,1
DESPESAS DE CAPITAL	630,10	-	DESPESAS DE CAPITAL	(630,10)	-100,0
TOTAL GERAL	1.881.040,66	1.929.861,38	TOTAL GERAL	48.820,72	2,6